



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 213/78

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

*Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, em 07/06/78.*

**Súmula:** autoriza o Poder Executivo a efetuar operação de arrendamento mercantil com Bozano, Simonsen Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, até o valor de Cr\$ 1.315.660,00, e das outras providências.

**Art. 1º** - É o Executivo Municipal autorizado a efetuar Operação de Arrendamento com o Bozano Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, até o valor de Cr\$ 1.315.660,00 ( um milhão, trezentos e quinze mil e seiscentos e sessenta cruzeiros ) amortizável em até 60 ( sessenta ) meses, a contar da data de assinatura do contrato com a já referida organização, em prestações mensais e mediante o pagamento de juros e correção monetária das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, de acordo com as taxas vigentes no referido estabelecimento.

**Art. 2º** - A importância a que se refere o Artigo 1º, será aplicada no pagamento de parcelas de aluguéis, como valores consideráveis opcionalmente na aquisição, decorrido o prazo total do Contrato, dos seguintes equipamentos:

- 1 (um) rolo compactador marca, VIBRO-DYNAPAC, modelo CA-15-A-, novo, de fabricação nacional;
- 1 (um) cilindro pé-de-carneiro, marca VIBRO-DYNAPAC, modelo CA, novo de fabricação nacional;
- 1 (um) espalhador de agregados, marca CONSMAQ, novo, de fabricação nacional;
- 1 (uma) caldeira de asfalto, marca CONSMAQ, modelo CA-2, para 2.500 litros, nova, de fabricação nacional.

continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 2

nacional.

Parágrafo Único - O valor unitário dos equipamentos mencionados - neste artigo, é o seguinte: a) Cr\$ 838.980,00; - b) Cr\$ 199.400,00; c) Cr\$ 135.180,00 e c) Cr\$ 142.100,00.

- Art. 3º - Fica igualmente autorizado o Executivo Municipal, a contratar a referida operação de arrendamento mercantil, - tendo como valor residual para opção de compra o percentual de 1% ( um por cento ), do valor de Cr\$ 1.315.660,00 ( hum milhão, trezentos e quinze mil e seiscentos e ses-senta cruzeiros ), acrescido de correção monetária das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, tudo de a-cordo com o Artigo 9º da Lei nº 4595 de 31 de dezembro - de 1964 e da Resolução nº 351 do Banco Central do Bra-sil, as quais regulam as operações de arrendamento Mer-cantil em Território Nacional.
- Art. 4º - O Executivo Municipal, é igualmente autorizado a outor-gar procuração à Bozano, Simonsen Leasing S/A - Arrenda-mento Mercantil, por instrumento público, para receber as parcelas mensais das cotas de retorno do Imposto so-bre Circulação de Mercadorias e aplicá-las no pagamento das prestações mensais de aluguel do arrendamento mercan-til, até o final do prazo contratualmente estipulado.
- Art. 5º - No corrente exercício, as despesas resultantes da execu-ção da presente Lei, correrão à conta de dotação própria da Peça Orçamentária, em vigor.
- Art. 6º - Anualmente, fica o Executivo Municipal, autorizado a consignar nas propostas orçamentárias para os exercícios de 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983, os recursos necessários - para o pagamento das obrigações previstas pelos artigos 1º e 2º, da presente Lei.
- Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 3-

## JUSTIFICATIVA

Exmo. Sr. Presidente :

Nobres Vereadores :

Extremamente difícil, seria, pelo agrupamento de orações, tentarmos, com riquezas de detalhes, abordar a atual situação do Serviço Autônomo de Saneamento e Pavimentação, deste Município, no que tange às suas reais possibilidades de sobrevivência administrativa, todavia, impossível, não é.

Como é de conhecimento geral, aquela entidade autárquica, foi criada pela Lei Municipal nº 67/67, e dentre as inúmeras atribuições a ela delegadas, surgiram aquelas relativas aos estudos, projetos e execução de obras e serviços de pavimentação das vias públicas da sede, distritos ou povoados do Município, decorrendo dessas atribuições, o direito de lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas dos serviços que executasse e todas as demais remunerações referentes aos serviços especificados na Lei de sua criação.

A própria Lei dispõe que o SASP, exercerá a sua ação em todo o território do Município, com competência, exclusiva, de exercer as suas atividades, diretamente ou mediante contrato, desde que cumpridas as exigências da legislação vigente, no caso, a licitação.

E, assim foi feito. Por diversos anos, o SASP, executou serviços neste Município e vinha apresentando uma situação positiva, no confronto do Ativo e do Passivo, demonstrado por seus balanços de encerramento de exercício.

Acontece, porém, que em virtude dos próprios objetivos de sua instituição, isto é, as Autarquias, inicialmente, formam o seu PATRIMÔNIO, pela transferência de bens móveis ou imóveis, por parte da entidade matriz ( no caso o Município ), o SASP de Ivaiporã, pelos recursos recebidos do Município,

continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 4 -

viu-se farto de capital de giro e passou a executar os serviços de urbanização de Ivaiporã, pela sistemática de contratação com terceiros, após a competente ação licitatória, consoante as determinações impostas pelo Artigo 125 do Decreto-lei nº 200/67, aplicável aos Municípios por imposição da Lei nº 5.456/68, combinado com a Lei nº 5.194/66, dando, assim, reais objetivos às finalidades de sua criação.

Enquanto a comunidade ressarcia ao SASP, os valores que este, por contrato, aplicava nas obras e serviços que realizava, o capital de giro permanecia satisfatório e aconselhava a contratação de novas frentes de trabalho. Mas, por adventos desconhecidos e de difícil equação, de um momento para outro, o Setor Contábil daquele Órgão, no encerramento do balanço no final de cada exercício, via que a Dívida Ativa, crescia assustadoramente. Ora, se a Dívida Ativa ascendia, automaticamente, seu capital de giro, estava a descer, a diminuir, desaconselhando a licitação para novas obras, em virtude da impossibilidade de saldar, satisfatoriamente, os compromissos assumidos.

E a situação atingiu uma posição insustentável: ou aquele Órgão Autárquico receberia recursos da matriz ( o Município ) para dar seqüência às suas finalidades ou encerraria as suas atividades.

Foi assim que, dentro de inúmeras análises, encontramos algumas alternativas e dentre elas despontou como a mais viável e ideal, aquela relacionada com a transferência de instrumentos, por parte deste Município, ao SASP, para que ele, ao invés de contratar as obras ao seu encargo, passasse a executá-las, diretamente, por administração própria.

Mas para que o SASP possa executar os serviços e as obras de seu mister, diretamente, necessita ele aparelhar-se com equipamentos adequados.

Necessita o SASP de contar com alguns e-  
continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 2

equipamentos adequados, e, os quais, seriam adquiridos por este Município e a ele transferidos para a consecução de seus objetivos sempre voltados para a disponibilidade da bolsa popular de nossa comunidade. Em outras palavras, de posse do equipamento, o SASP, encontraria opções diversas e que se despreendem dos interesses dos próprios munícipes: o lucro das empreiteiras desapareceria, redundando num rebaixamento do custo das obras asfálticas; as obras seriam executadas em regiões aonde a bolsa popular propiciasse meios de pagamento do lançamento emitido; execução de uma pavimentação, segundo a necessidade do fluxo de tráfego citadino e, finalmente, a implantação de uma camada asfáltica, em áreas residenciais, de baixo custo, porém com finalidades de se criar um revestimento para se evitar a erosão e a melhoria do aspecto urbanístico de Ivaiporã ou de seus Distritos.

Assim sendo, pretendíamos fazer a transferência de recursos para o SASP, a fim de que este fizesse a aquisição de equipamentos rodoviários.

Entretanto, em face do declínio da receita no período atual, tal possibilidade veio a falecer.

Constantes eram as visitas que recebíamos de representantes de firmas que propunham a venda de equipamentos rodoviários, mas sempre deixamos de atendê-los, em transações comerciais, pela inexistência de recursos que nos amparassem naquelas contingências e permanecia, então, a expectativa dentro da elevação da respectiva receita.

Diante do exposto e pela falta de recurso ou de capacidade de indvidamente dos Municípios, as firmas e as financiadoras que operam na área de venda ou financiamento para equipamentos rodoviários, viram-se na obrigação de criar uma nova sistemática para a colocação de seus produtos, de forma a atender aos interessados - Os Municípios - e satisfazer as suas necessidades.

Assim foi que houve o aproveitamento  
continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 6 -

" LEASING ", termo que traduzido nada mais é, em parte, do que uma forma de arrendamento mercantil, isto é, o aluguel de bens e equipamentos.

E como a LINCK S/A - Equipamentos Rodoviários e Industriais, possui os equipamentos para pavimentação de que estamos carentes e opera junto a financiadora Bozano, Simonsen Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, surgiu a viabilidade de concretizarmos a aquisição dos referidos equipamentos pelo sistema fo- calizado.

Quanto aos equipamentos, estão perfeitamen- te descritos no Artigo 2º do Presente Projeto de Lei.

Esses equipamentos serão entregues ao Mu- nicípio que os manuseará como de sua legítima propriedade fossem, enquanto vigor o contrato; desembolsando, unicamente, o Município, os valores mensais correspondentes ao preço do aluguel e que no - presente, segundo as atuais ORTN, estão estimadas em Cr\$ 35.522,82, correspondendo a uma taxa de 2,7% do valor total dos equipamentos a serem contratados. As prestações serão reajustadas segundo as va- riações que as ORTN, vierem a sofrer, futuramente.

Após a concretização do ato contratual, a LINCK S/A., oferecerá todas as garantias para os equipamentos, tais como: reposição de peças dentro do prazo de garantia, bem como as- sistência técnica e curso para preparação do pessoal necessário, pa- ra o bom e perfeito aproveitamento do equipamento.

Encerrado co contrato e permanecendo o in- teresse do Município em adquirir os equipamentos, será considerado o valor atual dos mesmos, devidamente corrigidos na proporção das variações das ORTN, de cujo produto será extraído o valor residual de 1% (um por cento ), resultando no preço final para aquisição.

Como se vê o sistema apresenta determinada rentabilidade econômica para o Município, se reputarmos a situação em que nós nos encontramos. Recursos reais, no presente, não exis- tem para fazermos a aquisição à vista e um financiamento que giras

continua



# Prefeitura do Município de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 213/78

- continuação -

- fls. 7 -

se em torno de 60 ( sessenta ) meses ou cinco (5) anos, viria a onerar grandemente o erário público municipal.

Finalmente, há que se analisar, ainda, o aspecto relacionado com o fato de que, estamos efetuando um auto-investimento, isto é: os equipamentos estarão produzindo recursos para a sustentação do compromisso a ser pactuado.

E, como nada mais havendo, contamos o elevado espírito de entendimento e colaboração dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis, que por certo virão aprovar a presente proposição.

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XVI DA INSTALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e oito.-

  
DR. MANOEL FERNANDES SILVA  
Prefeito Municipal